



Poder Judiciário  
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região  
Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC

## **ATA DE REUNIÃO**

**2ª Reunião do CTIC de 2023, 10/08/2023 10h, Sala da Diretora Geral**

### **PARTICIPANTES**

- SAULO TARCÍSIO DE CARVALHO FONTES, Juiz Auxiliar da Presidência (Coordenador Substituto);
- CARLOS CÉSAR PINTO REIS, Secretário-Geral da Presidência;
- FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES, Diretora-Geral;
- SÍLVIA MARIA PONTES DE CASTRO, Secretária de Governança e Gestão Estratégica;
- RAFAEL ROBINSON DE SOUSA NETO, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- MAICKEL ROBERTO NEITZKE, Chefe do Apoio de Governança de TI - SETIC (Secretário).

### **PAUTA**

#### **1. iGovTIC-Jud 2023**

Rafael informou que o prazo para responder ao iGovTIC-Jud 2023 era até o dia 15 de agosto. Ele explicou que o formato da autoavaliação deste ano foi alterado, sendo composta por 2 seções: uma referente a avaliação da área de TIC e a outra referente a avaliação da área de negócio. Dessa forma, as 10 questões da Seção 2 foram respondidas e validadas pelo Comitê, conforme detalhado no Anexo I.

Rafael também apresentou as respostas relativas à Seção 1, que trata da avaliação da área de TIC. Carlos César questionou sobre os itens que têm maior impacto na pontuação de TIC. Rafael esclareceu que são os itens relacionados ao Tema 2 (Políticas e Planejamento) e ao Tema 5 (Pessoas). As perguntas e respostas foram lidas e estão no Anexo II.

#### **2. Ferramentas de colaboração**

Rafael comunicou que o novo contrato do Google Workspace oferece mais recursos para o Tribunal, incluindo a possibilidade de criar Drives Compartilhados. Além disso, ele informou que está em andamento, em caráter experimental, o processo de importação dos dados da “pasta T” para Drives Compartilhados na SETIC. Ele explicou que a intenção é realizar essa migração em todas as unidades do Tribunal, visando aprimorar a segurança e a disponibilidade dos dados do Tribunal.

Todos concordaram com a continuidade do projeto de implementação dos Drives Compartilhados do Google Workspace em todas as unidades, destacando a importância de uma comunicação eficaz e treinamento adequado para os servidores.

Rafael também apresentou o Google Chat ao Comitê, mencionando que, com base em pesquisas realizadas com outros órgãos regionais, essa ferramenta tem sido adotada para a comunicação interna, destacando, inclusive, a possibilidade de utilização para comunicação entre servidores de toda a justiça do trabalho. Ele sugeriu que o TRT16 também adotasse o Google Chat em substituição ao Spark, que é uma ferramenta desatualizada e apresenta diversos problemas. Todos os membros do Comitê concordaram com a sugestão e solicitaram a elaboração de um plano detalhado para a transição, com o objetivo de reduzir ao máximo os possíveis impactos e transtornos decorrentes da substituição.

#### **3. E-mail de estagiários**

Rafael informou que o Tribunal recebeu o ofício CSJT.SG Nº 24/2023, que solicita aos Tribunais a regularização dos e-mails institucionais dos usuários internos do PJe nas bases de dados, visando a segurança. De acordo com o ofício, os e-mails de natureza pessoal devem ser substituídos pelos e-mails

institucionais. Diante dessa diretriz, Rafael propôs que, em alinhamento também com a necessidade de criação de contas para estagiário para acessar os recursos do Drives Compartilhados, o comitê aprove a criação de contas de e-mail para todos os estagiários do Tribunal no momento de efetuarem o cadastro. A sugestão recebeu aprovação unânime dos presentes.

**Sem mais, reunião encerrada. Próxima reunião agendada para 04 de outubro de 2023 às 10 horas.**

## **APROVAÇÃO DA ATA**

SAULO TARCÍSIO DE CARVALHO FONTES Juiz Auxiliar da Presidência	
CARLOS CÉSAR PINTO REIS Secretário-Geral da Presidência	
FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES Diretora-Geral	
SÍLVIA MARIA PONTES DE CASTRO Secretária de Governança e Gestão Estratégica	
RAFAEL ROBINSON DE SOUSA NETO Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação	
MAICKEL ROBERTO NEITZKE Chefe da Governança de TI	

## ANEXO I

<b>iGovTIC-JUD 2023</b>	
<b>Seção Negócio</b>	
<b>Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio</b>	
<b>Domínio: Governança e Gestão de TIC</b>	
<b>Pergunta da Área de Negócio 1: A área de negócio consegue perceber que a área de TIC tem condições de recomendar tecnologias e inovações para promover a solução das demandas?</b>	
Resposta:	Entre de 70% e 100% das vezes.
<b>Pergunta da Área de Negócio 2: A área de TIC consegue realizar as entregas das demandas dentro dos prazos acordados?</b>	
Resposta:	Entre de 70% e 100% das vezes.
<b>Pergunta da Área de Negócio 3: Os produtos e serviços entregues pela TIC atendem as expectativas exigidas pela área negocial?</b>	
Resposta:	Entre de 70% e 100% das vezes.
<b>Pergunta da Área de Negócio 4: Durante o ciclo de desenvolvimento do produto ou serviço de TIC, a área de negócio participa e é envolvida nas etapas de desenvolvimento para garantir que o produto ou serviço atenda às necessidades e expectativas do usuário final e contribua para o atingimento dos objetivos de negócio?</b>	
Resposta:	Entre de 70% e 100% das vezes.
<b>Pergunta da Área de Negócio 5: Qual a visão geral da área de negócio em relação a área de TIC?</b>	
Resposta:	Muito boa.
<b>Domínio: Gerenciamento de serviços de TIC</b>	
<b>Pergunta da Área de Negócio 6: Os produtos e serviços de TIC disponibilizados são confiáveis na perspectiva da área de negócio do órgão?</b>	
Resposta:	Entre de 70% e 100% das vezes.
<b>Pergunta da Área de Negócio 7: A variedade de canais de comunicação disponibilizados pela área de TIC é suficiente e efetiva para atender às demandas e necessidades da área de negócio?</b>	
Resposta:	Excelente.
<b>Pergunta da Área de Negócio 8: A Área de Negócio sente confiança ao utilizar as ferramentas de trabalho e sistemas disponibilizados pela área de TIC em relação à proteção dos seus dados e informações?</b>	
Resposta:	Segura.
<b>Pergunta da Área de Negócio 9: A área de TIC consegue atender e resolver os incidentes e problemas relacionadas à TIC de forma eficiente?</b>	
Resposta:	Entre de 70% e 100% das vezes.
<b>Pergunta da Área de Negócio 10: A área de negócio entende que os produtos e serviços entregues pela área de TIC são inovadores e proporcionam a melhoria nas atividades diárias?</b>	
Resposta:	Entre de 70% e 100% das vezes.

## ANEXO II

iGovTIC-JUD 2023 Seção de TIC	
<b>Seção 1 - Avaliação da Área de TIC</b>	
<b>Subseção 1.1 - Perguntas específicas de TIC</b>	
<b>Domínio: Governança e Gestão de TIC</b>	
Tema 1: Estruturas Organizacionais e Macroprocessos	
<b>Pergunta 01: A coordenação dos macroprocessos e as funções gerenciais de TIC são executadas por servidores do quadro permanente do Órgão e em regime de dedicação exclusiva?</b>	
<b>Item 1.1: Sobre a coordenação de macroprocessos de TIC. Ela é executada por:</b>	
Resposta:	86% a 100% de servidores do quadro permanente.
<b>Item 1.2: Sobre as funções gerenciais de TIC. Elas são executadas por:</b>	
Resposta:	86% a 100% de servidores do quadro permanente.
<b>Pergunta 02: Os processos de planejamento orçamentário de TIC, de gerenciamento de projetos de TIC e de gerenciamento de contratos de TIC são formalmente instituídos como normas de cumprimentos obrigatório; são executados de acordo com o seu ato constitutivo; e revisados anualmente e aperfeiçoado quando necessário?</b>	
<b>Item 2.1: Sobre o Processo de Planejamento Orçamentário de TIC:</b>	
Sim	É formalmente instituído.
Sim	É executado conforme normativo.
Sim	É revisado periodicamente.
<b>Item 2.2: Sobre o Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC:</b>	
Sim	É formalmente instituído.
Sim	É executado conforme normativo.
Sim	É revisado periodicamente.
<b>Item 2.3: Sobre o Processo de Gerenciamento de Contratos de TIC:</b>	
Sim	É formalmente instituído.
Sim	É executado conforme normativo.
Sim	É revisado periodicamente.
Tema 2: Políticas e Planejamento	
<b>Pergunta 03: O Órgão elaborou, entregou e executa os Planos previstos na ENTIC-JUD?</b>	
Não	Não entregou Planos.
Sim	Entregou o Plano de Transformação Digital – PTD (Art. 15) e as ações estão sendo executadas.
Sim	Entregou o Plano Anual de Capacitações de TIC - (Art. 27) e as ações estão sendo executadas.
Não	Entregou o Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços - (Art. 36º) e as ações estão sendo executadas.
Sim	Entregou o Plano de Gestão de Riscos de TIC - (Art. 37º) e as ações estão sendo executadas.
Sim	Entregou o Plano de Trabalho da ENTIC - (Art. 45) e as ações estão sendo executadas.
<b>Pergunta 04: O Órgão possui Comitê de Governança de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?</b>	
Resposta:	Possui Comitê com acompanhamento Trimestral.
<b>Pergunta 05: O Órgão possui Comitê de Gestão de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?</b>	
Resposta:	Possui Comitê com acompanhamento quinzenal.
<b>Pergunta 06: O Órgão possui PDTIC vigente e possui sua execução monitorada sistematicamente?</b>	
Resposta:	Possui PDTIC Vigente com monitoramento mensal.
<b>Pergunta 07: Os artefatos de contratações do Plano vigente, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são disponibilizados em local de fácil acesso no portal do Órgão, na internet, e no Repositório Nacional (considerar o DOD, ETP e TR de contratações que foram planejadas no primeiro semestre de 2021, conforme plano de contratação vigente)?</b>	
<b>Item 7.1: Sobre os artefatos do Plano de Contratações Vigente no Portal do Tribunal:</b>	
Resposta:	Disponibiliza entre 89% e 100% dos artefatos no Portal do Tribunal.
<b>Item 7.2: Sobre os artefatos do Plano de Contratações Vigente no Repositório Nacional:</b>	
Resposta:	Disponibiliza entre 89% e 100% dos artefatos no Repositório Nacional.

Tema 3: Transformação Digital	
<b>Pergunta 08: Sobre o Plano de Transformação Digital (PTD):</b>	
Sim	O Órgão instituiu seu Plano de Transformação Digital.
Sim	O PTD é executado.
Sim	O PTD é revisado periodicamente.
Sim	A área de TIC contribui na concepção e nas revisões do Plano de Transformação Digital.
Sim	O PTD contém ações de transformação digital de serviços.
Sim	O PTD contém ações de integração de canais digitais.
Sim	O PTD contém ações de interoperabilidade de sistemas.
Sim	O PTD contém ações de estratégia de monitoramento.
<b>Pergunta 09: Em relação a Transformação Digital, as seguintes ações são realizadas?</b>	
Sim	Padronização das tabelas unificadas.
Sim	Criação de padrões de dados mínimos para o atendimento da LGPD.
Sim	Utilização de padrões de assinaturas digitais.
<b>Pergunta 10: Dentro dos serviços oferecidos para a sociedade, quantos são disponibilizados de forma digital?</b>	
Resposta:	Entre 81% e 95% dos serviços possuem uma alternativa digital.
<b>Pergunta 11: Sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) (Res. CNJ nº 335/2020 e Port. CNJ nº 252/2020):</b>	
Informe o seu Órgão	TRT16
<b>Item 11.1: Sobre o Comitê Gestor do Tribunal que trata da PDPJ-Br:</b>	
Resposta:	Não se aplica aos TRTs, aos TREs e ao CNJ.
Não se aplica aos TRTs, aos TREs e ao CNJ.	O Comitê possui ferramenta de comunicação própria (e-mail, aplicativo, Teams).
<b>Item 11.2: Sobre a integração dos sistemas judiciais:</b>	
Sim - TREs, TRTs e CNJ	O Órgão desenvolveu nova funcionalidade em seus sistemas legados desde a aprovação da Resolução 335/2020.
Sim - TREs, TRTs e CNJ	O Órgão possui planejamento para integração de todos os seus sistemas judiciais à PDPJ-Br.
Sim - TREs, TRTs e CNJ	As soluções do Órgão a serem integradas à PDPJ-Br atendem as condições do artigo 2 da Portaria CNJ nº 252/2020.
<b>Pergunta 12: Sobre a "Justiça 4.0":</b>	
Sim - Órgãos do Poder Judiciário (exceto Justiça Eleitoral e Conselhos)	O Órgão implementou o "Juízo 100% Digital"?
Sim - Órgãos do Poder Judiciário (exceto Justiça Eleitoral e Conselhos)	O Órgão implementou o "Balcão Virtual"?
Sim - Órgãos do Poder Judiciário (exceto Justiça Eleitoral e Conselhos)	O Órgão implementou o "Núcleo de Justiça 4.0"?
<b>Pergunta 13: Existem ações para implementar os modelos de inteligência artificial (IA) (Resolução CNJ nº 332/2020)?</b>	
Sim	O Órgão conta com soluções ou modelos de IA.
Sim	Existem iniciativas para desenvolver modelos de IA.
Sim	A alta administração atua para incentivar na concepção de iniciativas de IA.
Sim	O Órgão utiliza a plataforma de Inteligência Artificial do Poder Judiciário Nacional (Sinapses) com o objetivo de armazenar, testar, treinar, distribuir e auditar modelos de Inteligência Artificial? (Resolução CNJ nº 332/2020.)

Não	O Órgão deposita os modelos de Inteligência Artificial desenvolvidos no Sinapses? (Resolução CNJ nº 332/2020)
Não	O Órgão possui processos para assegurar a realização de estudos, pesquisas, ensino e treinamentos de Inteligência Artificial livre de preconceitos. (Resolução CNJ 332/2020)
<b>Tema 4: Atendimento e Suporte ao Usuário</b>	
<b>Pergunta 14: Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC:</b>	
Sim	As atividades são executadas de acordo com o seu ato constitutivo.
Sim	Possui software de gestão de atendimento atualizado.
Sim	É realizada capacitação periódica dos atendentes.
Sim	Possui FAQs atualizadas.
Sim	Pelo menos 95% dos atendimentos são realizados dentro do SLA ou ANO acordados.
<b>Pergunta 15: Sobre a Central de Atendimento aos Usuário de Soluções de TIC. Ela foi reconhecida, no ciclo do ano anterior, por excelência na prestação de seus serviços. Só serão contabilizados os valores Ótimo e Bom.</b>	
Resposta:	Entre 90% e 100% da avaliação com a nota Ótimo ou Bom.
<b>Tema 5: Pessoas</b>	
<b>Pergunta 16: Sobre os servidores gestores e técnicos:</b>	
Sim	Existem critérios objetivos formalmente instituídos para a escolha de líderes ocupantes de funções de coordenação e de gerência na área de TIC.
Não	São definidas formalmente metas específicas para os gestores e técnicos de TIC.
Não	Há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, dos critérios de desempenho exigidos aos servidores lotados na área de TIC.
Sim	Há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, das competências técnicas e gerenciais definidas para as unidades que compõem a área de TIC.
<b>Pergunta 17: Sobre os servidores da área de TIC:</b>	
Não	O Órgão possui quadro permanente de servidores de TIC compatível com a demanda, com o referencial mínimo estabelecido no Guia Estratégico de TIC do Poder Judiciário.
Não	O Órgão busca implementar instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC, propiciando oportunidades de crescimento profissional e a retenção de talentos.
Sim	O Órgão realiza análise de rotatividade com o objetivo de reduzir a evasão de servidores de TIC do quadro permanente.
<b>Domínio: Gerenciamento de Serviços de TIC</b>	
<b>Tema 6: Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem</b>	
<b>Pergunta 18: Sobre a infraestrutura de TIC:</b>	
Não	São disponibilizados links de comunicação entre as unidades e o órgão suficientes para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos links.
Sim	São disponibilizados links de internet redundantes para o órgão, com operadoras distintas, com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos links.
Sim	É disponibilizada solução de armazenamento de dados e respectivos softwares de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento.
Sim	É disponibilizado parque de equipamentos servidores suficientes para atender às necessidades de processamento de dados dos sistemas e serviços “on-premise” no órgão, com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos.
Sim	É disponibilizada solução de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas.
Sim	Existe cópia do backup em local distinto do local primário do órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre.
Sim	É disponibilizado ambiente de Data Center com os requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais.

Sim	Existe réplica do Data Center em local seguro em prédio distinto do Data Center Principal.
<b>Pergunta 19: Para a realização de contratações de provedores de nuvem:</b>	
Sim	O Edital prevê entre dois e quatro provedores de nuvem?
Não	O Edital permite o uso de todo o catálogo de serviços dos provedores?
Sim	O Edital exige um catálogo mínimo de serviços dos provedores?
Não	O Edital permite o uso de Marketplace?
Sim	O Edital define as características essenciais de computação em nuvem?
Sim	O Edital está aderente a Instrução Normativa nº 5 de 2021?
Sim	O Edital prevê requisitos de certificações de mercado como ISOs, SOCs, etc.?
Não	O Edital prevê Serviços Profissionais do integrador e dos provedores de nuvem?
Sim	O Edital prevê Suporte e Sustentação do integrador e dos provedores de nuvem?
Sim	O Edital prevê tempo de resposta mínimos para atendimento de chamados conforme sua criticidade
Sim	O Edital prevê Link de Conectividade entre o Datacenter próprio e os provedores de nuvem?
Sim	O Edital prevê a realização de treinamento?
<b>Pergunta 20: Sobre a prestação de serviços em nuvem:</b>	
<b>Item 20.1. Sobre a estratégia de adoção de nuvem:</b>	
Sim	O Tribunal identificou resultados mensuráveis ou os benefícios do uso da nuvem (por exemplo, confiabilidade, flexibilidade, segurança, redução de custos e eficiência etc.)?
Sim	O Tribunal criou e compartilhou uma estratégia ou plano de adoção da nuvem com as principais partes interessadas (por exemplo, setores administrativos, financeiro, jurídico etc.)?
Sim	O Tribunal possui destinação orçamentária para ser usado nas atividades de adoção da nuvem?
Sim	O Tribunal designou gerente executivo para ser responsável e supervisionar o programa de migração para a nuvem?
Sim	A área de TI do Tribunal reúne-se regularmente com as partes interessadas para tratar de questões de serviço e governança?
Sim	O Tribunal identificou as habilidades e competências de nuvem necessárias para capacitação? Existe um plano de treinamento?
Sim	O Tribunal possui um líder de gestão de mudanças (ou escritório de gestão de projetos)?
Não	O Tribunal possui um inventário atualizado e confiável com metadados precisos sobre os sistemas, bem como sabe onde essas informações estão armazenadas e como são mantidas?
Sim	O Tribunal estabeleceu uma prática de DevOps ou planeja prestar e gerenciar serviços baseados em nuvem?
Sim	O Tribunal possui contas com provedores de serviço de nuvem que podem ser usadas para experiências ou testes de adoção da nuvem?
Sim	As contas existentes seguem as melhores práticas relativas à governança, conexão de rede e segurança?
Não	O Tribunal identificou, por meio de uma matriz de responsabilidades (ou organograma), que equipes são responsáveis pelos aspectos operacionais da nuvem (como adição de contas, adição de credenciais da equipe, mudança de configurações técnicas)?
Sim	O Tribunal possui uma equipe treinada para execução das tarefas de nuvem?
Sim	O Tribunal previu e documentou como as operações funcionarão no estado futuro de gerenciamento de sistemas na nuvem?
Não	O tribunal implementou todas as melhores práticas operacionais para acomodar a execução na nuvem?
Não	O Tribunal possui planejamento de continuidade ajustado ou aperfeiçoado para recursos de nuvem?
Não	O tribunal possui conhecimento consistente sobre como funcionar com segurança na nuvem?
Não	Alguém no Tribunal é certificado e/ou considerado um especialista ou autoridade em segurança na nuvem?

Não	O Tribunal possui um plano ou metodologia de segurança na nuvem documentada?
Não	A liderança do Tribunal para segurança de TI aprova e participa da estratégia de adoção da nuvem e de sessões de planejamento?
<b>Item 20.2. Sobre a adoção de arquitetura de nuvem</b>	
Não	O Tribunal avalia a necessidade de seus usuários, os requisitos de governança, bem como os benefícios e ameaças da adoção de nuvem?
Não	O Tribunal define de forma clara a responsabilidade de cada equipe na migração e operação da nuvem?
Sim	O Tribunal projeta seus workloads de forma que todas as informações, tais como, métricas, logs e rastreamento, sejam fornecidas?
Não	O Tribunal adota abordagens que forneçam feedback rápido sobre a qualidade e permitam recuperação rápida de alterações que não têm os resultados desejados? O uso dessas práticas reduz o impacto dos problemas introduzidos pela implantação de mudanças.
Sim	O Tribunal define, captura e analisa as métricas do ambiente de nuvem para obter visibilidade dos eventos de operações, para que você possa tomar as ações apropriadas?
Sim	O Tribunal prepara e valida procedimentos para responder a eventos, com o objetivo de minimizar a interrupção de seus workloads?
Não	O Tribunal dedica tempo e recursos para a melhoria incremental contínua, a fim de aumentar a eficácia e a eficiência de suas operações?
Não	O Tribunal aplica as melhores práticas a todas as áreas de segurança?
Sim	O Tribunal possui automação de processos, testes e validação de segurança para os seus workloads?
Sim	O Tribunal gerencia identidades de pessoas e máquinas?
Sim	O Tribunal gerencia permissões de pessoas e máquinas?
Sim	O Tribunal possui processo de tratamento e resposta a incidentes de redes?
Não	O Tribunal incorpora e valida as propriedades de segurança de aplicações durante o ciclo de vida de design, desenvolvimento e implantação?
Sim	O Tribunal gerencia cotas e restrições de serviço?
Sim	O Tribunal planeja a topologia de rede a ser utilizada levando em consideração a conectividade dentro dos sistemas e entre eles, gerenciamento de endereços IP públicos e privados e resolução de nomes de domínio?
Não	O Tribunal planeja a arquitetura de forma a criar workloads altamente escaláveis e confiáveis?
Não	O Tribunal possui política de backup implementada em nuvem?
Não	O Tribunal possui plano de recuperação de desastres implementado em nuvem?
Sim	O Tribunal leva em conta os requisitos de custo ao tomar decisões?
Sim	O Tribunal utiliza políticas ou arquiteturas de referência?
Sim	O Tribunal trabalha na otimização dos custos?
Sim	O Tribunal monitora os custos proativamente?
Sim	O Tribunal implementa processo de desativação de recursos?
Sim	O Tribunal escala a infraestrutura de workloads dinamicamente?
Sim	O Tribunal apoia as metas de sustentabilidade implementando padrões que suavizem os picos de carga e mantenham a alta utilização consistente de recursos implantados para minimizar os recursos consumidos?
<b>Pergunta 21: Sobre o gerenciamento de serviços de TIC, quais foram implementados, são executados, monitorados e revisados?</b>	
Não	O processo de gerenciamento de ativos de TIC.
Não	O processo de gerenciamento de capacidade de TIC.
Não	O processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de incidentes de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de mudanças de TIC.
Não	O processo de gerenciamento de problemas de TIC.
Sim	O processo de gerenciamento de requisições de TIC.
<b>Tema 7: Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados</b>	
<b>Pergunta 22: Sobre o Comitê de Segurança da Informação do Órgão (Resolução CNJ nº 396/2021):</b>	



Resposta:	O comitê se reúne pelo menos semestralmente de forma a atuar de maneira preventiva aos riscos.
<b>Pergunta 23: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação, protocolos e manuais instituídos pela Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) (Resolução CNJ nº 396/2021):</b>	
<b>Item 23.1: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação:</b>	
Sim	Existem ações para implementar, elevar e manter o nível de segurança das infraestruturas críticas e especialmente os itens dispostos no Artigo 11.
Sim	Existem ações para realizar a governança da segurança da informação e especialmente os itens dispostos no Artigo 19.
Sim	O órgão instituiu a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes Computacionais (ETIR), conforme disposto no Artigo 11 da Resolução CNJ nº 396/2021.
Sim	O órgão está integrado à Rede de Cooperação do Judiciário, conforme disposto no Artigo 18 da Resolução CNJ nº 396/2021.
<b>Item 23.2: O órgão implementou os protocolos e/ou criou planos de ação para implementar os manuais publicados como anexos da Portaria CNJ nº 162/2021:</b>	
Não	O Órgão implementou o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ).
Não	O Órgão implementou o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).
Não	O Órgão implementou o Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ).
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC.
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital.
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Gestão de Identidades.
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PECSC-PJ).
<b>Pergunta 24: Sobre o Plano de Gestão de Riscos de TIC:</b>	
Sim	É formalmente instituído.
Sim	Os processos foram definidos.
Sim	É executado.
Sim	É revisado periodicamente.
<b>Pergunta 25: Sobre a Política de Segurança da Informação (PSI):</b>	
Sim	É formalmente instituída.
Sim	É executada.
Sim	É revisado periodicamente.
<b>Tema 8: Sistemas de Informação</b>	
<b>Pergunta 26: O Órgão conta com ações para adequar os seus sistemas de informação, aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo CNJ.</b>	
Resposta:	Os padrões são utilizados em 90% a 100% das integrações entre sistemas nos processos judiciais.
<b>Pergunta 27: Sobre o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas:</b>	
Sim	Existe um processo formalmente instituído.
Sim	O processo é revisado periodicamente.
Sim	As equipes de projeto estão capacitadas no processo de desenvolvimento e sustentação.
Sim	Os projetos de desenvolvimento estão aderentes ao processo de desenvolvimento e sustentação.
<b>Pergunta 28: Sobre as soluções de TIC:</b>	
Sim	O Órgão possui um catálogo (portfólio) de soluções de TIC formalmente instituído.
Sim	Existe normativo que define papéis e responsabilidades no ciclo de vida das soluções de TIC.
Sim	A área negocial é responsável por receber, avaliar e priorizar as demandas referentes ao negócio de uma solução de TIC.

